

**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**  
**CAMPUS PASSO FUNDO**  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**PEDRO HENRIQUE FORMENTINI**

**AUDITORIA E CONTROLE INTERNO DE CONTAS A RECEBER:**

**Estudo de caso em uma Empresa de Transportes**

**PASSO FUNDO**

**2014**

**PEDRO HENRIQUE FORMENTINI**

**AUDITORIA E CONTROLE INTERNO DE CONTAS A RECEBER:**

**Estudo de caso em uma Empresa de Transportes**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Contábeis, da Universidade de Passo Fundo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Ms. Evelise de Souza Auler

**Passo Fundo**

**2014**

**PEDRO HENRIQUE FORMENTINI**

**AUDITORIA E CONTROLE INTERNO DE CONTAS A RECEBER:  
Estudo de caso em uma Empresa de Transportes**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis no curso de Ciências Contábeis, da Universidade de Passo Fundo, pela banca examinadora formada pelos professores:

Prof<sup>a</sup> Ms. Evelise de Souza Auler  
UPF - Orientadora

Prof. Esp. Victorino Piccinini Rosso  
UPF - Examinador

Prof. Esp. Sérgio Luiz Piazza  
UPF - Examinador

**Passo Fundo**

**2014**

Dedico esse trabalho aos familiares e amigos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, pela fé e força que me proporciona.

À minha Família, pela compreensão aos momentos turbulentos da vida acadêmica, e por todo amor e carinho que me oferecem.

À Orientadora Profa. Evelise de Souza Auler, por todo empenho, dedicação, cordialidade e competência.

A meus amigos, pela colaboração em meus momentos de estudo.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

“A vida é uma peça de teatro que não permite ensaios. Por isso, cante, chore, dance, ria e viva intensamente, antes que a cortina se feche e a peça termine sem aplausos.”

CHARLES CHAPLIN

## RESUMO

FORMENTINI, Pedro Henrique. **Auditoria e Controle Interno de Contas a Receber: Estudo de Caso em uma Empresa de Transportes.** Passo Fundo, 2014. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Contábeis). UPF, 2014.

A auditoria e os controles internos exercem grande importância para as empresas, pois estas necessitam cada vez mais de um controle patrimonial eficiente, para resguardar seus ativos contra erros, fraudes e irregularidades, e assim manter sua continuidade. A área de contas a receber é muito importante para as organizações e necessita de grande atenção dos auditores. Diante disso, o presente estudo se deu na área de contas a receber de uma empresa de transportes, com o objetivo de avaliar se o controle interno de contas a receber é adequado, a fim de que proporcione dados confiáveis para a tomada de decisão de seus gestores. Para atingir os objetivos, o estudo buscou identificar aspectos conceituais, estruturais e operacionais relacionados à auditoria e controle interno, por meio de uma pesquisa bibliográfica aplicada, através de um estudo de caso caracterizado como qualitativo. Efetuou-se ainda, avaliação dos controles internos de contas a receber, através de questionário aplicado na organização e a aplicação dos procedimentos de auditoria. Conclui-se, que a empresa apesar de possuir um sistema de controle interno razoavelmente adequado às suas necessidades, não consegue evitar eventuais falhas, e deve aderir a melhorias para que possa gerar informações de qualidade necessárias para tomadas de decisão de seus gestores.

Palavras-Chave: Auditoria. Controle Interno. Contas a Receber.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Verificação do Relatório de Contas a Receber da Empresa X Saldos Informados pelos Clientes .....	49
<b>Tabela 2</b> - Comparação da conta Clientes: Saldo Contábil X Saldo Controle Auxiliar .....	50
<b>Tabela 3</b> - Comparativo Débito x Crédito – Razão Contábil e Razão Auxiliar .....	50
<b>Tabela 4</b> - Comparativo Créditos em Clientes – Contábil X Auxiliar.....	51
<b>Tabela 5</b> - Demonstrativo Diferenças na Baixa de Recebimentos – Contábil X Auxiliar .....	51
<b>Tabela 6</b> - Exame de Lançamentos Contábeis das Notas Emitidas .....	53



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**CFC** – Conselho Federal de Contabilidade

**CPC** – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

**CT-e** – Conhecimento de Transportes Eletrônico

**NBCTA** – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria

**PIB** – Produto Interno Bruto

**RS** – Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1.1 Contextualização</b> .....	11
<b>1.2 Identificação e justificativa do assunto</b> .....	11
<b>1.3 Objetivo geral</b> .....	11
<i>1.3.1 Objetivos Específicos</i> .....	11
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	11
<b>2.1 Contabilidade</b> .....	11
<i>2.1.1 Breve História</i> .....	11
<i>2.1.2 Conceito</i> .....	14
<i>2.1.3 Princípios de contabilidade</i> .....	14
<b>2.2 Auditoria</b> .....	17
<i>2.2.1 Origem da auditoria</i> .....	17
<i>2.2.2 Conceitos e definições</i> .....	18
<i>2.2.3 Objetivos da auditoria</i> .....	19
<i>2.2.4 Responsabilidades do auditor</i> .....	20
<i>2.2.5 Auditoria externa</i> .....	21
<i>2.2.6 Auditoria interna</i> .....	22
<b>2.3 Controle interno</b> .....	14
<i>2.3.1 Conceitos e definições</i> .....	14
<i>2.3.2 Objetivos do controle interno</i> .....	14
<i>2.3.3 Princípios do controle interno</i> .....	14
<i>2.3.3.1 Princípio da responsabilidade</i> .....	27
<i>2.3.3.2 Princípio das rotinas internas</i> .....	27
<i>2.3.3.3 Princípio de acesso aos ativos</i> .....	27
<i>2.3.3.4 Princípio da segregação de funções</i> .....	27
<i>2.3.3.5 Princípio do confronto dos ativos com os registros</i> .....	28
<i>2.3.3.6 Princípio de amarrações de sistemas</i> .....	28
<b>2.3.4 Auditoria interna</b> .....	28
<b>2.3.5 Custos do controle x benefícios</b> .....	29
<b>2.3.6 Levantamento do sistema de controle interno</b> .....	29

<b>2.4 Transporte rodoviário de cargas</b> .....	30
2.4.1 <i>Apresentação do setor</i> .....	31
2.4.2 <i>Logística</i> .....	32
2.4.3 <i>Estratégia logística</i> .....	33
<b>2.5 Contas a receber</b> .....	34
2.5.1 <i>Aspectos contábeis</i> .....	34
2.5.2 <i>Auditoria de contas a receber</i> .....	36
2.5.3 <i>Controles internos para contas a receber</i> .....	39
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	41
<b>3.1. Classificação e Delineamento da Pesquisa</b> .....	41
<b>3.2. Plano de coleta de dados</b> .....	41
<b>3.3. Análise e Tratamento dos Dados</b> .....	41
<b>3.5. Variáveis do Estudo</b> .....	41
<b>4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	44
<b>4.1 Histórico da empresa</b> .....	44
<b>4.2 Funcionamento de contas a receber</b> .....	45
<b>4.3 Avaliação dos controles internos</b> .....	47
<b>4.4 Procedimentos de auditoria</b> .....	48
4.4.1 <i>Circularização</i> .....	48
4.4.2 <i>Testes de transações e saldos</i> .....	49
4.4.3 <i>Provisão para devedores duvidosos</i> .....	52
4.4.4 <i>Exame das notas emitidas</i> .....	52
4.4.5 <i>Política de cobrança</i> .....	55
<b>4.5 Sugestões e recomendações</b> .....	55
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	58
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	60
<b>APÊNDICES</b> .....	62

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização

Está cada vez mais difícil para as empresas de transportes se manterem competitivas no mercado, fazendo com que a Contabilidade torne-se uma aliada no que for possível para garantir a sobrevivência das organizações, atribuindo além da competitividade, o retorno esperado sobre as mesmas, através de uma boa gestão.

O setor de transporte rodoviário de cargas tem grande importância no Brasil, pois é através dele que boa parte do PIB brasileiro é escoado para os mercados interno e externo. No Rio Grande do Sul, um estado muito influente na agricultura, utiliza-se muito do transporte rodoviário, já que há uma carência de ferrovias, que deixariam o frete mais barato. Portanto há um grande número de transportadoras atuando, mas com pouca organização e muita concorrência.

Uma empresa deve estar organizada e focada para atingir seus objetivos e o controle interno tem se tornado indispensável nesse processo. Para ALMEIDA (2012, p.57) o controle interno representa o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, gerar dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

Percebe-se que o controle interno, sendo utilizado de forma correta, trará benefícios enormes para a empresa, principalmente no que diz respeito a confiabilidade de dados produzidos pelos diversos setores da empresa, proporcionando aos seus gestores uma tomada de decisões com mais convicção e credibilidade.

## **1.2 Identificação e justificativa do assunto**

Percebe-se que muitas empresas não adotam práticas de controle interno precisas, deixando a desejar na obtenção de informações para conceder aos gestores, deixando-os indecisos no momento de escolher um rumo para a organização.

Independente do porte de uma empresa, os contadores devem estar presentes na formação de um manual de controle interno, visando a diminuição dos erros e a maior confiabilidade nos dados gerados pela contabilidade, em todos os setores. E ainda, devem fazer com que esse manual seja seguido para a obtenção de seu objetivo.

O presente estudo tem a finalidade de avaliar os controles internos existentes na área de contas a receber da empresa A, localizada no município de Ibirubá, RS. A escolha do tema deu-se por tratar-se de um dos ativos mais importantes da empresa em estudo, uma vez que em Dezembro de 2013, a conta Clientes representava 38% do Ativo Total, porcentagem bem relevante para a empresa, sendo o maior Ativo depois do Imobilizado. Caso sejam identificados problemas e falhas no setor, serão apresentadas ao gestor da empresa as recomendações cabíveis para se ter melhorias, buscando informações confiáveis para as tomadas de decisão do mesmo

Diante do exposto, elabora-se o seguinte problema de pesquisa: O controle interno de contas a receber da Empresa A proporciona dados confiáveis para a tomada de decisões de seus gestores?

### **1.3 Objetivo geral**

Avaliar o controle interno de contas a receber da Empresa A.

#### *1.3.1 Objetivos Específicos*

- Apresentar referencial teórico sobre auditoria e controle interno, especialmente na área de contas a receber;
- Identificar e avaliar, por meio de questionário, os controles internos existentes na área de contas a receber na empresa;
- Aplicar procedimentos de auditoria de contas a receber;
- Se necessário, propor ações de melhoria para garantir um controle interno de contas a receber útil para a área gerencial.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O presente trabalho que se refere à auditoria e controle interno de contas a receber, irá englobar assuntos como a Contabilidade, a Auditoria, o Controle Interno, o Setor de Transportes e as Contas a Receber, conceituando-os para um correto entendimento do que será aplicado na prática.

### **2.1 Contabilidade**

A seguir, a Contabilidade será explicada dividida nos seguintes itens: Breve História, Conceito e Princípios de Contabilidade.

#### *2.1.1 Breve História*

Para Iudícibus (2004), os primeiros sinais de Contabilidade são identificados 2.000 anos a.C., antes disso, o homem primitivo controlava seus rebanhos e seus instrumentos de caça e pesca, praticando uma forma contábil rudimentar. A evolução foi lenta até o aparecimento da moeda, pois na época da troca de mercadorias, era feito apenas um mero inventário físico das obrigações e dos bens e direitos, sem avaliação monetária.

Levando em conta que a Contabilidade é muito antiga, Marion acredita que

[...] a Contabilidade é tão antiga quanto a origem do homem. Se abrirmos a Bíblia em seu primeiro Livro, Gênesis, entre outras passagens que sugerem a Contabilidade, observamos uma “competição” no crescimento da riqueza (rebanho de ovelhas) entre Jacó e seu sogro Labão ( $\pm 4.000$  a.C.). Se a riqueza de Jacó crescia mais do que a de Labão, para conhecer esse fato era necessário um controle quantitativo, por mais rudimentar que fosse.

O livro de Jó é considerado o mais antigo da Bíblia. Já no início deste livro há uma descrição exata da riqueza de Jó, nos mínimos detalhes. Isso mostra que Jó, considerado na época o homem mais rico do Oriente, tinha um excelente contador. Também são conhecidos cuneiformes em cerâmicas que relatavam as transações entre egípcios e babilônicos, destacando-se pagamentos de salários e impostos ( $\pm 3.000$  a.C.) (MARION, 2003, p. 30).

Somente na idade média a Contabilidade começou a ser sistematizada, ou seja, só ofereceram uma organização de maior rigor lógico há cerca de pouco mais de um milênio, com o surgimento do método das partidas dobradas. Nesse método, o valor de débito é igual ao valor de crédito, ou seja, logicamente, efeito (débito) é igual a causa (crédito) (SÁ, 2010).

Com o surgimento da moeda, a contabilidade foi se aperfeiçoando e a profissão se tornando indispensável nas organizações. Iudícibus (2004, p.35) traz a concepção de que “em certas organizações pequenas, poderão faltar o economista, o engenheiro ou o técnico em Administração, mas certamente não faltará o técnico em Contabilidade para “tocar” a escrituração, como vulgarmente se afirma”.

Assim nota-se que a Contabilidade surgiu antes mesmo de Jesus Cristo, com formas rudimentares de controle patrimonial, até que a moeda apareceu e os controles foram sendo aprimorados, passando a ser sistematizada na Idade Média, através do método das partidas dobradas, que é vigente e funciona até hoje.

### *2.1.2 Conceito*

O autor Padoveze (2004) define Contabilidade como um sistema de informação que controla os bens, direitos e obrigações de uma organização. O controle é feito através da coleta, armazenamento e processamento das informações que alteram esse patrimônio.

A definição de Contabilidade para Franco e Marra é a seguinte:

Contabilidade é a ciência – ou, segundo alguns, a técnica – destinada a estudar e controlar o patrimônio das entidades, do ponto de vista econômico e financeiro, observando seus aspectos quantitativo e qualitativo e as variações por ele sofridas, com o objetivo de fornecer informações sobre o estado patrimonial e suas variações em determinado período (FRANCO e MARRA, 2001, p. 25).



A Contabilidade desenvolveu uma metodologia própria com a preocupação de controlar o patrimônio da entidade, apurar o resultado de suas atividades e prestar informações às pessoas que tenham interesse no desempenho dessas entidades, conforme Neves e Viceconti (2004).

Na concepção de Athar

Duas são as funções da Contabilidade: a função econômica, que se expressa pela determinação do lucro, e a função administrativa, que representa em linhas gerais o controle do patrimônio. É por meio de dados fornecidos pela Contabilidade que o administrador tomará importantes decisões, [...] (ATHAR, 2005, p. 6).

Portanto, a Contabilidade se define como uma ciência com a intenção de controlar o patrimônio de uma organização, gerando informações essenciais às pessoas que tenham interesse no desempenho dessa organização, apurando os resultados e auxiliando os gestores na tomada de decisões.

### *2.1.3 Princípios de Contabilidade*

Iudícibus (2004) informa que para a Resolução do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 750/93, a observância dos Princípios de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade nas Normas Brasileiras de Contabilidade. Segue abaixo os Princípios, ainda de acordo com a resolução nº 750/93 do CFC, exposta pelo autor:

- Entidade: reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade, deve-se cuidar para não confundir o patrimônio da entidade com o de seus sócios.

- Continuidade: a continuidade ou não da entidade, assim como sua vida definida e provável, deve ser considerada, pois influencia o valor econômico dos ativos e o valor ou vencimento dos passivos, especialmente quando a entidade tem prazo determinado.

- Oportunidade: refere-se à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

- Registro pelo valor original: o patrimônio deve ser registrado pelo valor original de cada transação com o mundo exterior, expresso a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da entidade.

- Competência: devem ser incluídas as receitas e as despesas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamentos.

- Prudência: deve-se adotar o menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

A partir do que expõe a Resolução nº 750/93 do CFC, pode-se perceber que a observância dos princípios norteia a contabilidade, pois é fundamental que os mesmos sejam utilizados na contabilização para garantir a padronização e o máximo de fidelidade das informações.

## **2.2 Auditoria**

Neste tópico será exposta a origem da auditoria, seus conceitos e definições, objetivos, responsabilidades do auditor e auditoria externa e interna, buscando revisão teórica para garantir o sucesso da aplicação da auditoria nesse estudo de caso.

### *2.2.1 Origem da Auditoria*

A auditoria surgiu como parte da evolução do sistema capitalista. No início, as empresas eram fechadas e pertenciam a famílias, mas com a expansão do mercado e o acirramento da concorrência, houve a necessidade de a empresa ampliar suas instalações, investir no desenvolvimento tecnológico e aprimorar os controles e procedimentos internos,

visando à redução de custos e tornando mais competitivos seus produtos e serviços no mercado. (ALMEIDA, 2010)

Franco e Marra sustentam o exposto por Almeida,

A auditoria surgiu como consequência da necessidade de confirmação dos registros contábeis [...] Sua evolução ocorreu paralelamente ao desenvolvimento econômico, que gerou as grandes empresas, formadas por capitais de muitas pessoas [investidores], que têm na confirmação dos registros contábeis a proteção ao seu patrimônio (FRANCO e MARRA, 2001, p. 39).

Com essas mudanças, as empresas tiveram que alterar sua forma de captação de recursos, ou seja, segundo Almeida (2010, p. 1) “a empresa teve de captar esses recursos junto a terceiros, principalmente mediante empréstimos bancários a longo prazo, emissão de debêntures e abrindo seu capital social para novos acionistas”.

O autor coloca ainda que esses futuros investidores só iriam injetar dinheiro em uma empresa que gerasse rentabilidade futura. Para saber se a empresa estava bem econômica e financeiramente, os acionistas teriam que avaliar as demonstrações contábeis da empresa, que por sua vez, passaram a ter muita importância, e para a segurança dos investidores, começaram a ser auditadas por alguém independente à empresa.

Complementando, Ribeiro e Ribeiro (2012, p. 3) afirmam que a Auditoria “surgiu da necessidade de se garantir a veracidade das informações derivadas dos registros contábeis”.

Portanto, o surgimento da auditoria se deu principalmente pelo desenvolvimento econômico mundial, com o crescimento de empresas abertas, financiadas por terceiros, os quais necessitavam de informações contábeis legítimas e confiáveis, para liberar recursos de empréstimos ou para investir nesta empresa. A auditoria surge para verificar se as demonstrações contábeis merecem fé, e possam resguardar o patrimônio de investidores ou usuários da informação.

### *2.2.2 Conceitos e Definições*

Conforme Attie (2011) a Auditoria é uma especialização contábil que visa testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial exercido com o objetivo de expressar um parecer sobre determinado dado.

O conceito de Auditoria para Sá é o seguinte:

Auditoria é uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros [...] visando a apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza aziendal, pública ou privada, quer ocorridos, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados (SÁ, 2002, p. 25).

Sá (2002) expõe ainda que se o exame não obedecer a um sistema racional e tecnológico, com o rigor necessário, não será possível obter um trabalho que mereça ser classificado como contábil, ou seja, é preciso proceder a exames segundo um conjunto harmônico de medidas que permitam um fim exato.

Segundo Franco e Marra (2001) a Auditoria é exame de documentos, livros, registros, etc. Esses exames são efetuados de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e encaixam os procedimentos que os auditores julgarem necessários para obter elementos de convicção, para cada circunstância.

Ainda sob o entendimento dos autores, acerca das informações geradas pela contabilidade, pode-se dizer que “a auditoria é a técnica contábil utilizada para avaliar essas informações, constituindo, assim, complemento indispensável para que a Contabilidade atinja plenamente sua finalidade” (FRANCO E MARRA, 2001, p. 28).

Sendo assim, pode-se perceber que a Auditoria se define como uma tecnologia contábil a fim de avaliar e diagnosticar as demonstrações contábeis de uma empresa, para expressar uma opinião a seu respeito, ajudando a contabilidade a atingir sua finalidade.

### *2.2.3 Objetivos da Auditoria*

O autor Attie (2011, p. 12) afirma que “o objetivo principal da auditoria pode ser descrito [...] como sendo o processo pelo qual o auditor se certifica da veracidade da totalidade das demonstrações contábeis preparadas pela companhia auditada”.

Ainda segundo o autor, no exame normal de auditoria das demonstrações contábeis, o objetivo é expressar uma opinião sobre a propriedade das mesmas, e garantir que elas representem a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio e demais demonstrativos afins.

A auditoria exerce ação preventiva, saneadora e moralizadora, para confirmar a integridade dos registros e a confiabilidade dos comprovantes, com o objetivo de opinar sobre

a adequação das situações e informações contidas nas demonstrações contábeis, na proteção dos direitos dos proprietários, dos financiadores do patrimônio, do fisco e da sociedade (FRANCO E MARRA, 2001).

Além dos objetivos já citados anteriormente, para Almeida (2010) existe um objetivo adicional que é um relatório-comentário, no qual apresenta-se sugestões para solucionar os problemas da empresa, que chegam ao conhecimento do auditor no curso normal do trabalho de auditoria.

Portanto o principal objetivo da auditoria é formar uma opinião a respeito da empresa auditada, se ela está em conformidade ou não com as normas. E ainda dar um suporte ao controle interno da empresa, com comentários que possam ser úteis na melhoria do sistema de controle patrimonial.

#### *2.2.4 Responsabilidades do Auditor*

O auditor e a administração da empresa têm suas responsabilidades específicas, portanto é necessário conhecer quais são as responsabilidades do auditor em seu trabalho de auditoria.

Descreve Almeida (2010) que a empresa é responsável pela implantação de controle interno de modo a permitir que as demonstrações contábeis reflitam sua posição patrimonial e financeira, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa. Portanto, as demonstrações elaboradas pela empresa são de sua inteira responsabilidade. O auditor é contratado para opinar sobre suas demonstrações contábeis, consequentemente a responsabilidade do auditor restringe-se ao seu parecer expresso sobre essas demonstrações.

O auditor pode ser responsabilizado pela não-descoberta de fraude significativa em consequência de negligência na execução das normas de auditoria, ou em consequência de não tê-las aplicado convenientemente.

Se o auditor tivesse que assumir a responsabilidade de descobrir fraudes e irregularidades, em um exame normal das demonstrações financeiras, a extensão de seu trabalho seria de tal custo que se tornaria impraticável para as empresas (ATTIE, 1998, p. 35).

Segundo a NBC TA 240, o auditor é responsável por obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis não contém distorções relevantes, causadas por fraude ou erro. Conforme descrito na NBC TA 200, devido às limitações inerentes da auditoria, há um risco

inevitável de que algumas distorções relevantes das demonstrações contábeis podem não ser detectadas, principalmente as distorções por fraudes, que podem ter esquemas sofisticados para não serem descobertas.

Nos Estados Unidos, após escândalos contábeis, em que fraudes não foram descobertas pela auditoria externa, criou-se uma lei visando melhorias nas atividades de controle interno e auditoria, conforme Oliveira

A Lei de Sarbanes-Oxley (SOX), criada nos EUA, tem como base princípios de Governança Corporativa e foca principalmente a responsabilidade penal da diretoria, sendo portanto obrigatória sua adequação por todas as empresas americanas de capital aberto. No Brasil a adequação à Lei não é obrigatória, mas as empresas que desejarem entrar ou se manter no mercado americano através do lançamento de ações, devem se adequar e passam a estar sujeitas às suas implicações. Esta adequação à SOX, inclui no plano de ação o mapeamento de processos chaves da organização, visando melhorias nas atividades de controles internos e auditoria. Por consequência, a empresa que tem seus principais processos devidamente mapeados, têm a possibilidade de obter melhores resultados financeiros, maior qualidade dos procedimentos, especialização de seus funcionários e melhor aproveitamento de sua mão-de-obra, fazendo do mapeamento uma ação muito importante para o bom funcionamento da organização (OLIVEIRA, 2006, p. 1).

De acordo com o exposto, pode-se notar que a empresa é responsável por suas demonstrações financeiras e o auditor tem a responsabilidade de avaliar essas demonstrações e emitir um parecer. No caso de fraude significativa não descoberta pelo auditor, ele pode ser responsabilizado e punido, assim como a administração será punida se não estiver utilizando um controle interno adequado para prever fraudes.

### *2.2.5 Auditoria Externa*

Santos (2012) caracteriza que a auditoria externa tem o objetivo de aumentar o grau de confiança de uma demonstração contábil por parte dos usuários, e isso é alcançado por meio de uma opinião expressa pelo auditor, de que as demonstrações estão em conformidade com uma estrutura de relatório econômico financeiro aplicável.

Segundo Ribeiro e Ribeiro (2012), o conceito de auditoria externa é o seguinte,

A auditoria externa ou independente, também denominada auditoria das demonstrações contábeis, é uma técnica contábil que consiste na verificação da exatidão e fidedignidade dos dados contidos nas demonstrações contábeis, por meio

do exame minucioso dos registros de contabilidade e dos documentos que deram origem a eles.

A auditoria externa é realizada por auditores independentes contratados pela organização para examinar as suas demonstrações contábeis e expressar opinião por intermédio do relatório de auditoria, com o propósito de aumentar o grau de confiança dos usuários das respectivas demonstrações (RIBEIRO e RIBEIRO, 2012, p. 95 e 96).

O autor Almeida (2010) expõe que o auditor externo não pode ser engenheiro, advogado ou arquiteto, pois seu trabalho é o exame das demonstrações contábeis, e o profissional que entende de contabilidade é o contador. Portanto o auditor externo deve ser um contador.

Algumas empresas são obrigadas, pelas Leis nº 6.404/76 e 11.638/07, a contratar serviços de auditoria externa, como explicado a seguir:

“As companhias (sociedades anônimas) de capital aberto, assim como as sociedades de grande porte, por força de determinações legais, contratam serviços de auditores independentes para examinar suas demonstrações” (RIBEIRO e RIBEIRO, 2012, p. 96).

Nota-se que, de acordo com os autores, a auditoria externa confere se a interna consegue evitar erros e fraudes, e busca conferir a fidelidade dos dados apresentados nas demonstrações contábeis, por meio de uma análise detalhada. Esse tipo de auditoria é realizada por um auditor externo, não vinculado à organização auditada, e este profissional deve ser um contador.

### *2.2.6 Auditoria Interna*

A auditoria interna, com um auditor dentro da organização, conforme Ribeiro e Ribeiro (2012), desenvolve-se por meio do exame, do monitoramento e da avaliação da adequação e efetividade do controle interno, com o propósito de melhorar as operações de uma organização.

A vantagem da auditoria interna, segundo Franco e Marra (2001, p. 219) “é a existência, dentro da própria organização, de um departamento que exerce permanente controle – prévio, concomitante e consequente – de todos os atos da administração”.

Já a desvantagem da auditoria interna, “é o risco de que os funcionários do departamento de auditoria sejam envolvidos pela rotina de trabalho e só examinem aquilo que lhes é oferecido para exame” (FRANCO e MARRA, 2001, p. 219).

Almeida (2010, p. 5) descreve que o auditor interno, é um empregado da empresa que não deve estar subordinado àqueles cujo examina e não deve desenvolver atividades que possa vir a examinar um dia, para que não prejudique sua independência.

As diferenças entre auditor interno e externo são expostas no Quadro 1, conforme o autor Almeida (2010):

**Quadro 1: Diferenças entre auditor interno e auditor externo.**

Auditor Interno	Auditor Externo
- É empregado da empresa auditada;	- Não tem vínculo empregatício com a empresa auditada;
- Menor grau de independência;	- Maior grau de independência;
- Executa auditoria contábil e operacional;	- Executa apenas auditoria contábil;
- Os principais objetivos são: <ul style="list-style-type: none"> <li>• verificar se as normas internas estão sendo seguidas;</li> <li>• verificar a necessidade de aprimorar as normas internas;</li> <li>• verificar a necessidade de novas normas internas;</li> <li>• efetuar auditoria das diversas áreas das demonstrações contábeis e em áreas operacionais;</li> </ul>	- O principal objetivo é emitir um parecer ou opinião sobre as demonstrações contábeis, no sentido de verificar se estas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa da empresa examinada. Também, se essas demonstrações foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis e se esses princípios foram aplicados com uniformidade em relação ao exercício social anterior;
- Maior volume de testes (tem maior tempo na empresa para executar os serviços de auditoria).	- Menor volume de testes, já que está interessado em erros que individualmente ou cumulativamente possam alterar de maneira substancial as informações das demonstrações contábeis.

**Fonte:** ALMEIDA (2010)

Portanto, percebe-se que a grande vantagem da auditoria interna é ter dentro da empresa alguém que exerce permanente controle sobre os atos administrativos, já a desvantagem é que esses funcionários podem começar a analisar apenas o que é oferecido e deixar de controlar o que é realmente relevante.



## 2.3 Controle interno

O entendimento de controle interno também é fundamental para a compreensão deste trabalho, a seguir serão apresentados os conceitos e definições, os objetivos e os princípios de controle interno.

### 2.3.1 Conceitos e Definições

Entende-se por controles internos, exposto por Franco e Marra (2001), todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que possibilitem prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro da empresa e que produzam impactos em seu patrimônio.

Portanto, os meios de controle interno são todos os registros, livros, fichas, mapas, boletins, papéis, formulários, pedidos, notas, faturas, documentos, guias, impressos, ordens internas, regulamentos e demais instrumentos de organização administrativa que formam o sistema de vigilância, fiscalização e verificação utilizado pelos gestores para ter o controle sobre todos os fatos acontecidos na empresa e sobre todos os atos praticados por aqueles que exercem funções direta ou indiretamente relacionadas com a organização, o patrimônio e o funcionamento da empresa (FRANCO e MARRA, 2001).

O controle interno, conforme Almeida (2010) “representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa (ALMEIDA, 2010, p. 42).

Ainda sob a visão do autor,

São exemplos de controles contábeis:

- sistemas de conferência, aprovação e autorização;
- segregação de funções (pessoas que têm acesso aos registros contábeis não podem custodiar ativos da empresa);
- controles físicos sobre ativos;
- auditoria interna.

São exemplos de controles administrativos:

- análises estatísticas de lucratividade por linha de produtos;
  - controle de qualidade;
  - treinamento de pessoal;
  - estudos de tempos e movimentos;
  - análise das variações entre os valores orçados e os incorridos;
  - controle dos compromissos assumidos, mas ainda não realizados economicamente.
- (ALMEIDA, 2010, p. 42).

Pode-se atestar que o controle interno engloba todos os meios planejados numa empresa para dirigir, restringir, governar e conferir suas várias atividades com o propósito de fazer cumprir os seus objetivos. Os meios de controle incluem: forma de organizações, políticas, sistemas, procedimentos, instruções, padrões, comitês, plano de contas, estimativas, orçamentos, inventários, relatórios, registros, entre vários outros (ATTIE, 1998).

Levando em conta os conceitos dos autores, pode-se perceber que o controle interno é uma ferramenta que visa vigilância, fiscalização e verificação administrativa e que permite prever ou dirigir situações que acontecem dentro da empresa e podem refletir em seu patrimônio. Ou seja, são processos de conferência em várias áreas da organização, visando melhorias não só contábeis, mas administrativas e operacionais.

Se o controle interno for consistente, diminui os riscos de erros e fraudes, deixando as demonstrações contábeis mais confiáveis e os administradores mais seguros para tomadas de decisão.

### *2.3.2 Objetivos do Controle Interno*

O controle interno, de acordo com Santos (2012), é planejado, implementado e mantido para enfrentar riscos de negócio identificados que possam prejudicar o cumprimento de qualquer um dos objetivos da entidade com relação:

- à confiabilidade das demonstrações contábeis da entidade;
- à efetividade e eficiência de suas operações; e
- a sua conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

Entidades menores, ou seja, de pequeno porte, podem usar meios pouco escriturados e processos e procedimentos mais simples para alcançar seus objetivos (SANTOS, 2012).

O conceito, a interpretação e a importância do controle interno envolvem grande quantidade de procedimentos e práticas que possibilitam a consecução de determinado fim, ou seja, controlar (ATTIE, 1998).

Ainda conforme Attie (1998), o controle interno tem quatro objetivos básicos:

- a salvaguarda dos interesses da organização (proteção do patrimônio contra quaisquer perdas e riscos devidos a erros ou irregularidades);

- a precisão e a confiabilidade dos informativos e relatórios contábeis, financeiros e operacionais (gerar informações adequadas e oportunas, necessárias gerencialmente para administrar e compreender os eventos realizados na empresa);

- o estímulo à eficiência operacional (prover os meios necessários à condução das tarefas, de forma a obter entendimento, aplicação e ação tempestiva e uniforme);

- a aderência às políticas existentes (assegurar que os desejos da administração, definidos através de suas políticas e indicados por meio de seus procedimentos, sejam adequadamente seguidos pelo pessoal).

Para um bom desenvolvimento do controle interno, ele deve ser monitorado, Santos expõe que

O monitoramento dos controles inclui considerar se eles estão operando conforme o pretendido e que sejam adequadamente modificados para atender as mudanças de condições.

[...] O monitoramento de controles também é feito para assegurar que os controles continuem a operar efetivamente ao longo do tempo. Por exemplo, se a tempestividade e exatidão das conciliações bancárias não forem monitoradas, é provável que os funcionários parem de elaborá-las (SANTOS, 2012, p. 160-61).

Os autores Franco e Marra (2001) descrevem os objetivos primordiais dos controles internos, sendo:

- fornecer à contabilidade dados corretos e conferir a exatidão da escrituração;
- evitar alcances, desperdícios, erros e, se ocorridos, identificá-los.

Conclui-se, a respeito dos objetivos do controle interno, que todos visam garantir a proteção patrimonial da empresa, proporcionando maior confiabilidade nas demonstrações contábeis, com o estímulo à eficiência operacional e à aderência às políticas existentes. Os controles devem ser monitorados pela administração, para que sejam realmente executados.

### *2.3.3 Princípios de Controle Interno*

Os princípios de controle interno são de grande importância, pois devem ser seguidos para bom planejamento e execução do controle interno.

### *2.3.3.1 Princípio da Responsabilidade*

Almeida fala a respeito do Princípio da Responsabilidade, que faz com que as atribuições dos funcionários sejam claramente definidas, de preferência por escrito, nos manuais de controle interno. Visando assim, assegurar que todos os procedimentos de controle sejam realizados, detectar erros e irregularidades e apurar as responsabilidades por eventuais omissões na realização das transações da companhia (ALMEIDA, 2010).

Ou seja, a definição de uma pessoa responsável por uma tarefa (por exemplo, assinatura de cheques ou depósito do numerário em banco) faz com que ela seja concluída com maior confiabilidade, pois se der errado, a culpa é do responsável.

### *2.3.3.2 Princípio das Rotinas Internas*

O Princípio das Rotinas Internas diz respeito à definição pela empresa, de todas as suas atividades internas, em um manual de controle interno. Deve estar estabelecido nesse manual, por exemplo, formulários internos e externos, instruções para preenchimento e destinação desses formulários, evidências das execuções dos procedimentos de controle, procedimentos de compra, etc (CREPALDI, 2000).

### *2.3.3.3 Princípio de Acesso aos Ativos*

Acesso aos ativos é outro princípio de controle interno, onde a empresa deve limitar o acesso dos empregados a seus ativos e estabelecer controles físicos sobre esses. O acesso aos ativos da empresa representa, por exemplo, manuseio de cheques assinados, manuseio do estoque, frequentarem locais onde se encontram estoques e cofres. Portanto esses locais devem ser limitados a funcionários responsáveis pelo setor (ALMEIDA, 2010).

### *2.3.3.4 Princípio a Segregação de Funções*

O Princípio da Segregação de Funções é descrito por (ATTIE, 1986, p. 65) da seguinte forma: “A contabilização e as operações propriamente ditas devem ser segregadas. Um

funcionário ou departamento não deve ocupar uma posição em que tenha controle contábil e, ao mesmo tempo, controle das operações que geram os lançamentos contábeis.”

#### *2.3.3.5 Princípio do Confronto dos Ativos com os Registros*

A empresa deve estabelecer procedimentos de forma que os ativos, sob a responsabilidade de alguns funcionários, sejam frequentemente confrontados com os registros de contabilidade. Esse é o princípio do confronto dos ativos com os registros, o objetivo desse procedimento é detectar desfalque de bens ou até mesmo erros de registro contábil de ativos. Por exemplo temos a contagem de caixa e comparação com saldo contábil, inventário físico do estoque comparado com o razão, entre outros (CREPALDI, 2000).

#### *2.3.3.6 Princípio de Amarrações do Sistema*

O sistema de controle interno deve ser concebido de forma que sejam registradas apenas as transações autorizadas, por seus valores corretos e dentro do período de competência. O princípio de amarrações do sistema, exige uma série de providencias, tais como: conferência independente do registro das transações contábeis, conferência independente dos cálculos, conferência da classificação contábil de todos os registros finais. Portanto as rotinas internas de controle devem ser determinadas de maneira que uma área controle a outra, por meio de amarrações do sistema de um setor com o outro (ALMEIDA, 2010).

#### *2.3.4 Auditoria Interna*

Através da auditoria interna, percebe-se que não adianta a empresa colocar um ótimo sistema de controle interno sem que alguém verifique periodicamente se os empregados estão cumprindo o que foi determinado no sistema, ou se o sistema não deveria ser apropriado às novas circunstâncias. Os objetivos da auditoria interna são: analisar se as normas internas estão sendo seguidas e avaliar a necessidade de novas normas internas (CREPALDI, 2000).

### 2.3.5 Custos do Controle x Benefícios

Custos do controle x benefícios também é um princípio de controle interno, ou seja, o custo do controle interno não deve exceder aos benefícios que dele se espera obter. Vale ressaltar que os controles mais sofisticados e mais caros devem ser estabelecidos apenas para transações de valores relevantes. Já os controles menos rígidos devem ser implantados para transações menos relevantes (ALMEIDA, 2010).

Portanto, deve-se observar os princípios de controle interno, para garantir a eficácia deste método que visa proteger o patrimônio da empresa.

### 2.3.6 Levantamento do sistema de controle interno

É necessário efetuar o levantamento do controle interno da organização para verificar se ele está sendo atendido. Segundo Almeida (2010), as informações sobre o sistema de controle interno são obtidas das seguintes maneiras:

- leitura dos manuais de organização e procedimentos;
- diálogo com funcionários da empresa;
- inspeção física desde o início da operação (compra, venda, pagamento etc.) até o registro no razão geral.

O auditor poderá registrar as informações obtidas sobre o controle interno da organização, através de memorandos narrativos, questionários padronizados ou fluxogramas. Normalmente é utilizado o questionário que servirá como um guia no sentido de evitar que o auditor omita a avaliação de uma parte significativa das operações da empresa (ALMEIDA, 2010).

Depois que o auditor registra o controle interno, deve fazer o que o autor expõe a seguir:

[...] É importante que o auditor, após conhecer e registrar o controle interno, adote uma posição crítica e independente sobre o mesmo, para que então possa estabelecer e recomendar um sistema mais ágil, econômico e funcional. Ainda que o controle interno em estudo seja bom, é inadmissível que não possa ser alterado para melhor, mesmo que a alteração seja pequena e que o todo não precise ser reformulado. Dentro dessa linha de conduta e tendo-se em vista a filosofia do estudo do controle interno, seu levantamento e registro é inevitável para que se possa conhecer sua intensidade e suas ineficiências. O levantamento do controle interno por parte do

auditor deve ser desenvolvido por meio de uma atitude mental independente, obtendo-se o conjunto das práticas e procedimentos que estejam em uso pelos executores e não aqueles por ele julgados adequados (ATTIE, 1998, p. 217).

Franco e Marra (2001) informam que a Resolução nº 820/97 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), trata o assunto da seguinte forma:

O auditor deve efetuar estudo e avaliação do sistema de controles internos e contábil da empresa, como base para determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria considerando:

- a complexidade e o tamanho das atividades da entidade;
- os sistemas de informação contábil, para efeitos tanto internos quanto externos;
- as áreas de risco para auditoria;
- a natureza da documentação, em face dos sistema de informatização adotados;
- o grau de descentralização de decisão adotado pela administração;
- o grau de envolvimento da auditoria interna, se existente.

Ao ser chamado para auditar uma empresa, o auditor externo deve fazer o levantamento do controle interno e verificar seu funcionamento. Tendo esse conhecimento, irá definir a quantidade de testes de auditoria necessários para garantir a eficácia em seu parecer.

Desta forma, o levantamento do controle interno consiste em analisar criticamente os controles elaborados pela empresa na teoria e na prática. Pois pode acontecer de a empresa ter um ótimo regimento interno teórico e na prática não respeitá-lo. Após saber se pode confiar ou não nos controles da empresa, o auditor fica mais a vontade para fazer os devidos procedimentos de auditoria.

## **2.4 Transporte rodoviário de cargas**

É o segmento de negócio em que a empresa em análise está inserida, e para entendimento do trabalho faz-se necessário entender alguns tópicos sobre o assunto. Neste capítulo será exposta a apresentação do setor, a logística e a sua estratégia.

### 2.4.1 Apresentação do Setor

Tendo em vista que o Brasil é um país forte em agricultura, o transporte rodoviário é o principal meio de deslocamento das riquezas produzidas e diz respeito ao transporte de pesos de determinado local até o destino.

De acordo com Schroeder e Castro

A opção pela modalidade rodoviária como principal meio de transporte de carga é um fenômeno que se observa a nível mundial desde a década de 50, tendo como base a expansão da indústria automobilística associada aos baixos preços dos combustíveis derivados do petróleo.

No Brasil, a ênfase no transporte rodoviário, que se consolida à mesma época, está associada à implantação da indústria automobilística no país e à mudança da capital para a região Centro-Oeste, que foram acompanhadas de um vasto programa de construção de rodovias. Diferentemente do que ocorreu a nível mundial, no entanto, esta ênfase traduziu-se não só na prioridade, mas na quase exclusividade das políticas de transporte voltadas para o modal rodoviário, pelo menos até a década de 70 (SCHROEDER E CASTRO, p. 1).

Alvarenga e Novaes (2000) tratam o transporte como um dos mais importantes sistemas de logística, por causa dos impactos que produz nos custos, no nível de serviço e nas demais variáveis do problema logístico. No Brasil, cerca de 70% dos fluxos de cargas são transportados por caminhões, graças a implantação da indústria automobilística na década de 50 e com a pavimentação das principais rodovias, o modelo rodoviário de transporte ganhou força e prioridade no país. Os autores ainda reforçam que a rede rodoviária nacional está bastante deteriorada, necessitando muito recurso para recuperação.

Valente (2008) expõe que

O transporte de cargas pelo sistema rodoviário no Brasil tem uma estrutura respeitável e é responsável pelo escoamento, que vai desde safras inteiras da agricultura até simples encomenda.

Essa estrutura, maior que a da maioria dos outros países, gira em torno de 7,5% do nosso Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, chega a aproximadamente 30 bilhões de dólares por ano (VALENTE, et al., 2008, p. 2).

Pode-se entender que o transporte rodoviário de cargas, segmento da empresa em análise, em virtude da grande quantidade de rodovias e de uma política que se formou



historicamente em nosso país, é um sistema fundamental para o bom funcionamento da economia no Brasil, tendo em vista que boa parte do PIB é transportada nessas rodovias. Por isso, as transportadoras devem se preocupar com a redução de custos com transportes para seus clientes, adotando técnicas de logística.

#### 2.4.2 Logística

O transporte está totalmente ligado à logística, devido a grande preocupação que se tem em planejar as cargas para diminuir os custos dos clientes.

O autor Ballou descreve que

A Logística é um assunto vital. É um fato econômico que tanto os recursos quanto os seus consumidores estão espalhados numa ampla área geográfica. Além disso, os consumidores não residem, se é que alguma vez o fizeram, próximos donde os bens ou produtos estão localizados. Este é o problema enfrentado pela Logística: diminuir o hiato entre a produção e a demanda, de modo que os consumidores tenham bens e serviços quando e onde quiserem, e na condição física que desejarem (BALLOU, 1993, p. 17).

A logística empresarial, conforme Caixeta-Filho (2010), é um termo muito citado mas não bem definido, pois engloba diversos segmentos, como a distribuição física, a administração de materiais, os suprimentos, os transportes, entre outros. O transporte é uma das principais atividades dessa cadeia e esse processo de logística é muito relevante para a economia e para as empresas que tem como objetivo ofertar serviços eficientes e eficazes.

Ainda sob o conhecimento de Caixeta-Filho pode-se destacar:

A logística empresarial tem como meta garantir a disponibilidade de produtos e materiais nos mercados e pontos de consumo com a máxima eficiência, rapidez e qualidade, com custos controlados e conhecidos. Hoje, considera-se a logística como a última fronteira da Administração de Empresas em que é possível conseguir economias significativas e reforçar a competitividade (CAIXETA-FILHO, 2010, p. 211).

Analisando o pensamento dos autores, a logística é algo indispensável no processo de transportes, pois como citado acima, um dos poucos setores onde ainda se consegue reduzir custos em uma empresa, é o de logística de transportes. Com um setor de transportes alinhado a uma boa logística, a lucratividade da organização tende a aumentar, o que é primordial para a sobrevivência da mesma.

### *2.4.3 Estratégia Logística*

Decidir as diretrizes estratégicas para a empresa, a fim de atender seus objetivos financeiros, de crescimento, de participação no mercado e outros, é a primeira consideração para a gestão. Conforme Ballou (2001) a seleção de uma boa estratégia logística reduz custos, reduz capital e melhora os serviços.

Seguindo a concepção do autor, a redução de custos é a estratégia dirigida para diminuir custos associados a transportes e a estocagem, basta colocar em prática os conceitos de logística, analisando a situação, se o momento é de estocar ou de transportar, visando maximização dos lucros.

O autor trata ainda que a redução do capital é a estratégia direcionada para aumentar o nível de investimento no sistema logístico. Aumentar o retorno sobre o investimento é a motivação para essa estratégia. Por exemplo, embarcar diretamente para clientes a fim de não gastar com estocagem, escolher armazéns públicos e não privados, etc.

As melhorias no serviço são estratégias que reconhecem que as receitas dependem do nível do serviço logístico fornecido. Mesmo que os custos aumentem rapidamente com elevados níveis de serviços logísticos aos clientes, o aumento nas receitas pode mais que compensar os custos extras. (BALLOU, 2001).

Uma empresa que necessita de transportes deve ter uma boa estratégia de logística, pois é muito difícil decidir se compra caminhões para frota própria, ou terceiriza o serviço de transportes. Tendo em vista que a frota própria tem um valor elevado de aquisição, a empresa precisa ter um volume muito grande de transportes para valer a pena comprar a frota. Pois o dinheiro utilizado na frota pode ser investido em algo com mais rentabilidade (ALVARENGA e NOVAES, 2000).

Uma maneira de reduzir custos e maximizar o lucro é a possibilidade de encontrar carga de retorno, ou seja, o veículo contratado para sair do ponto A e entregar mercadorias a clientes em um ponto B, pode voltar carregado de matérias primas do ponto B para o A. Isso faz com que o frete se torne menos oneroso (CAIXETA-FILHO, 2010).

Percebe-se a necessidade de uma empresa ter estratégias de logística, mesmo que o custo com pessoal aumente, pois vai precisar de responsáveis pelo departamento logístico, que estejam sempre pensando e planejando as movimentações da empresa, no final das contas a lucratividade aumentará e será mais do que necessária para cobrir esses custos a mais.

## **2.5 Contas a receber**

No presente capítulo serão abordados os seguintes temas a respeito das contas a receber: aspectos contábeis, auditoria e controles internos, visando à compreensão desse assunto que será o foco principal do trabalho.

### *2.5.1 Aspectos Contábeis*

Os créditos da empresa junto a seus clientes, provindos de vendas e prestação de serviços a prazo, geralmente são registrados nas seguintes contas, cita Perez Junior (2012):

- Duplicatas a receber: representam as duplicatas emitidas com base nas notas fiscais de saídas a prazo, sejam de venda ou prestação de serviços.

- Ajuste para devedores duvidosos: essa conta é redutora, ou seja, diminui as duplicatas a receber e representa a expectativa de perda com duplicatas que não serão pagas pelos clientes.

O autor ainda expõe quais são as contrapartidas de algumas operações de contas a receber na contabilidade:

- Recebimento de clientes tem como contrapartida caixa e bancos;
- Baixa de duplicatas incobráveis tem a conta Provisão para devedores duvidosos como contrapartida;

- Baixa de duplicatas descontadas em bancos tem como contrapartida a conta duplicatas descontadas, redutora do ativo;
- As vendas a prazo são registradas em contrapartida com a conta Receita de vendas;
- E o recebimento de duplicatas em atraso em contrapartida com Receitas financeiras.

As contas a receber são contabilizadas de acordo com o pronunciamento técnico do CPC 30 (Receitas), sendo que na prestação de serviços, no momento em que se realiza os serviços já se reconhece as duplicatas a receber (ALMEIDA, 2010).

Quanto à classificação no balanço patrimonial, segundo Almeida (2010), as contas a receber a vencer em um ano são classificadas no ativo circulante, após esse prazo são registradas no realizável a longo prazo (ativo não circulante).

É importante ressaltar que segundo a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), as contas a receber geradas por vendas, adiantamentos ou empréstimos a coligadas ou controladas, diretores e acionistas, que participam no lucro da companhia, que não se constituem negócios usuais do objeto da empresa, serão classificadas no realizável a longo prazo.

O autor Sá, cita que

A conta Clientes aparece nas empresas para registrar os valores a receber de seus fregueses, provenientes de vendas a prazo.  
Esta conta tem ainda outros títulos, em outros planos de contas, como Duplicatas a Receber, Contas a Receber, Contas Correntes, Obrigações a Receber, Prestamistas, Letras a Receber, etc. (SÁ, 2002, p. 289).

Segundo Almeida (2010) a empresa vende a prazo com a expectativa de receber dos clientes, porém, por uma série de fatores, os clientes podem não cumprir com suas obrigações. Por isso, é importante que a empresa faça uma estimativa de quanto pode perder com duplicatas incobráveis, ou seja, definir uma provisão para devedores duvidosos, no montante suficiente para cobrir todos os possíveis não recebimentos.

Portanto, os aspectos demonstrados acima, como classificação, contas contábeis, contrapartidas, contabilização e devedores duvidosos, são fundamentais para o entendimento do estudo de caso em questão.

### 2.5.2 Auditoria de Contas a Receber

A auditoria de contas a receber, segundo Attie (2011), tem a finalidade de:

- verificar sua existência e representatividade contra os devedores envolvidos;
- verificar se é de propriedade da empresa;
- verificar se os princípios de contabilidade foram utilizados;
- determinar a existência de restrições de uso, de vinculações em garantia ou de contingências;
- verificar se está classificada corretamente no balanço patrimonial e que as divulgações aplicáveis foram expostas por notas explicativas.

Segundo Crepaldi,

Por serem de natureza intangível, as contas a receber pedem procedimentos de auditoria diferentes, em vários aspectos, daqueles usados na auditoria de Caixa e Bancos. As contas a receber representam compromissos assumidos pelos clientes (compradores) de pagar alguma coisa e, assim sendo, apresentam aspectos subjetivos, não existentes no Caixa e Bancos. O auditor, ao fazer a avaliação de contas a receber, tem de aplicar critérios de julgamento quantitativos e qualitativos, usando, na maior parte do tempo, evidências indiretas, em vez de diretas (CREPALDI, 2000, p. 345).

É importante para a empresa saber se tudo o que foi vendido foi faturado, se o faturado foi lançado corretamente, se o lançado foi recebido tempestivamente, se o que não foi recebido está na área de cobrança e se todos os recursos de cobrança foram esgotados, diminuindo assim as possibilidades de fraudes na área de contas a receber, conforme Sá (2005).

A fraude nas contas a receber, ainda segundo Sá (2005), em muitos casos, consiste em:

- Manipular saldos em contas de valores a receber;
- Receber e embolsar o dinheiro, fraude realizada pelo próprio pessoal da empresa;
- Baixar um título como se o cliente fosse incapaz de pagar, porém se tenha recebido o valor;
- Emitir título sem a venda ou cessão de dinheiro.

No objetivo da auditoria, reconhecido por Perez Junior (2012), deve-se assegurar que as duplicatas a receber existem e estão devidamente indicadas, se os devedores duvidosos estão ajustados e se as duplicatas incobráveis foram baixadas. É necessário avaliar se os

valores expostos demonstram a realidade das contas a receber. E também o controle interno deve garantir que as receitas que dão origem às contas a receber foram realizadas e lançadas corretamente durante o exercício social e que há um controle eficiente sobre as duplicatas em cobrança bancária e em carteira.

A auditoria deve efetuar diversos procedimentos para averiguar as contas a receber, conforme Attie (2011), os procedimentos são:

- Exame físico: contagem das duplicatas a receber e contagem dos títulos a receber;
- Confirmação: confirmação das duplicatas a receber, dos títulos a receber, dos adiantamentos concedidos e dos adiantamentos a funcionários;
- Documentos originais: exame documental das vendas realizadas, dos recebimentos das contas a receber, de atas de assembleias e de reuniões, de contratos e de respostas não obtidas;
- Cálculos: soma das duplicatas a receber, cálculo dos juros a receber e soma dos adiantamentos concedidos;
- Escrituração: exame da conta de razão de duplicatas a receber, da conta de razão de adiantamentos a empregados, da conta de razão de títulos a receber e da contabilização no período de competência;
- Investigação: exame detalhado da documentação de venda, dos contratos de venda, das aprovações de venda e das aprovações de baixas de duplicatas incobráveis;
- Inquérito: variação do saldo de contas a receber e explicação para as duplicatas em atraso ou incobráveis;
- Registros auxiliares: exame do Razão analítico de contas a receber, do diário auxiliar das contas a receber e do registro de recebimentos;
- Correlação: relacionamento das contas a receber com as vendas, dos recebimentos com o disponível, das provisões constituídas para devedores duvidosos com o resultado e dos juros a receber com o resultado;
- Observação: classificação adequada das contas, observação dos princípios de contabilidade e dos volumes de contas a receber atrasadas.

Um dos mais importantes procedimentos de auditoria de contas a receber é a confirmação externa. Conforme Crepaldi (2000), a confirmação externa é feita diretamente com o devedor, ou seja, o débito é confirmado pelo próprio cliente, este é um dos

procedimentos geralmente aceitos pela Norma de Auditoria. O auditor pode solicitar confirmação positiva ou negativa.

Explica Crepaldi:

“Os positivos pedem ao devedor que responda se a informação constante do pedido é correta ou incorreta. Se for incorreta, ele, o devedor, deverá apontar o erro; Os negativos são para solicitar ao devedor que responda apenas se a informação está errada” (CREPALDI, 2000, p. 346).

A listagem é outro procedimento realizado nas contas a receber, onde o auditor obtém listagem analítica de todos os títulos a receber, em determinada data, conferindo se está de acordo com as respectivas contas do Razão, incluindo além de vendas ou prestação de serviços, separadamente, adiantamentos a fornecedores, diretores ou funcionários (FRANCO e MARRA, 2001).

Os autores colocam ainda que com esta ferramenta o auditor poderá avaliar as possibilidades de recebimentos dos títulos mais antigos. Como este procedimento é mais demorado, o auditor deve antecipar seus exames sobre as contas a receber, escolhendo uma data-base de dois meses antes do encerramento do balanço.

Ainda sob o consentimento dos autores, a provisão para devedores duvidosos visa formar com base em estimativas de probabilidades das quantias que deixarão de ser pagas por inadimplência dos devedores.

O elemento principal de informação para auditar esta conta, é a listagem, demonstrada por ordem de antiguidade dos vencimentos, aliada aos resultados da circularização, dará uma ideia bem aproximada do total da provisão a ser gerada. Porém, o comportamento das provisões em exercícios passados também deve ser analisado, se ele foi constante e suficiente, poderá ser mantido para o exercício seguinte, e o auditor deve consultar o departamento de cobranças para se informar melhor acerca (FRANCO e MARRA, 2001).

A partir dos procedimentos citados no presente capítulo, pode-se ter uma base do que pode ser feito para auditar a empresa em análise. Desta forma verificar se as contas a receber estão de acordo com a realidade e se demonstram alguma falha ou fraude.

### 2.5.3 Controles Internos para Contas a Receber

O controle interno é variável de empresa para empresa, e é desejável que a administração utilize um controle interno voltado para garantir a segurança necessária, conforme Attie (2011), os controles podem ser assim exemplificados:

- segregação de funções entre o recebimento das contas a receber e a contabilização;
- conciliação entre o recebimento e a contabilidade;
- autorização para descontos por pessoa independente de sua guarda;
- análise das contas a receber atrasadas e esforço para seus recebimentos;
- utilização de recebimentos por banco;
- confirmação dos devedores, por pessoa.

O objetivo do controle interno para contas a receber é garantir que as transações de prestação de serviços que proporcionam os títulos a receber foram realizadas e registradas corretamente durante o exercício social e que há um bom controle sobre os títulos em cobrança bancária e em carteira (PEREZ JUNIOR, 2012).

Os controles internos para contas a receber são descritos por Crepaldi (2000):

- Segregação de funções: as pessoas que registram detalhes de contas a receber não podem ser incumbidas de tarefas relacionadas com recebimentos de Caixa e Bancos, baixa de incobráveis, emissão de liberação de crédito, estoques ou faturamento. A combinação dessas tarefas pode fazer com que ocultem desfalques de Caixa ou Estoques.
- Autorizações: é necessária a utilização de documentos formais para aprovação de devoluções de vendas, baixas de contas incobráveis, emissão de memorando de crédito, ou qualquer transação que reduz as contas a receber. Pode-se desviar o dinheiro do pagamento de uma conta ocultando-se o desvio com um lançamento a crédito da conta, como se fosse devolução de mercadoria ou baixa de conta incobrável.
- Procedimentos de faturamento: o controle interno sobre o faturamento deve ser feito de modo que o responsável dessa tarefa seja alguém alheio ao manuseio de numerário recebido ou que não tenha acesso a estoques.

As fraudes são muito comuns em organizações e o sistema de controle interno deve detectar todas as irregularidades, porém, Attie afirma que



Um bom sistema de controle interno oferece maiores possibilidades de pronta identificação de fraudes em qualquer que seja a sua modalidade à identificação. Entretanto, o acordo entre dois ou mais integrantes da organização pode fazer deteriorar e cair por terra o melhor sistema de controle interno (ATTIE, 2011, p. 205).

Após verificar se os controles da empresa são adequados, o auditor observará as peculiaridades da área que está sendo examinada. Um dos problemas mais comuns é a eventual existência das chamadas “duplicatas frias”, duplicatas sacadas contra clientes, para descontar junto aos bancos, sem que correspondam à entrega efetiva de bens ou serviços. Tais duplicatas ao invés de direitos se tornam responsabilidades passivas. Caso o auditor tenha qualquer indício de que isto ocorre, o mesmo deve ampliar o nível de circularização direta do cliente devedor (FRANCO e MARRA, 2001).

Portanto, com base nas citações dos autores, o controle interno para contas a receber não tem muitas peculiaridades, ou seja, muitos controles são utilizados para a maioria dos setores da empresa. Adotando esses controles e fiscalizando seu funcionamento, a empresa só tende a ganhar, diminuindo os riscos de erros e fraudes e aumentando a confiança da auditoria.

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia pode ser descrita como o estudo e a avaliação dos diversos métodos, com o propósito de identificar possibilidades e limitações no âmbito de sua aplicação no processo de pesquisa científica. A metodologia permite a escolha da melhor maneira de abordar determinado problema, integrando os conhecimentos a respeito dos métodos válidos nas diferentes disciplinas científicas. (DIEHL e TATIM, 2004).

#### **3.1 Classificação e delineamento da pesquisa**

Segundo o objetivo geral, a pesquisa se enquadra como descritiva. Pois para o desenvolvimento da auditoria no controle interno de contas a receber da Empresa A, serão utilizados questionários e também acontecerá a observação de processos internos para coletar informações relevantes que posteriormente serão analisadas e descritas.

Diehl e Tatim (2004) abordam a pesquisa descritiva tendo objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

O presente trabalho traz uma pesquisa aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicar na prática com o intuito de solucionar problemas que possam ser diagnosticados.

Quanto ao procedimento técnico a pesquisa será de estudo de caso, pois será baseada na Empresa A, situada no município de Ibirubá, no estado do Rio Grande do Sul.

O estudo de caso apresenta muitas vantagens, o que faz com que se torne o delineamento mais adequado em várias situações. Suas principais vantagens são: o estímulo a

novas descobertas, a ênfase na totalidade e a simplicidade dos procedimentos. Entre as limitações apresentadas pelo estudo de caso, a mais grave refere-se à dificuldade de generalização dos resultados obtidos. Por essa razão cabe lembrar que, embora se processe de forma relativamente simples, ele pode exigir do pesquisador nível de capacitação mais elevado que o requerido para outros tipos de delineamento (DIEHL, TATIM, 2004).

A pesquisa apresentará os dados de forma qualitativa. Pois após o estudo dos dados será feita uma análise descritiva dos resultados.

A pesquisa qualitativa descreve a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, compreende e classifica os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribui no processo de mudança de dado grupo e possibilita o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (DIEHL, TATIM, 2004).

Portanto, neste trabalho serão utilizados todos os métodos de pesquisa descritos anteriormente, buscando o melhor resultado possível na auditoria das contas a receber da Empresa A, agregando algum benefício para a empresa analisada.

### **3.2 Plano de coleta de dados**

O procedimento técnico para a coleta de dados caracterizou-se como pesquisa documental, que segundo Diehl e Tatim (2004) se utiliza de materiais que ainda não receberam análise, que é o caso do presente projeto.

Os dados do presente trabalho foram coletados através de documentos da empresa, assim como, por meio de questionário aplicado a fim de entender o controle interno da empresa, visando descobrir o número apropriado de testes de auditoria que deveriam ser realizados.

### **3.3 Análise e tratamento dos dados**

Na análise dos dados, existe a necessidade de organizar os dados coletados para que possam ser interpretados pelo pesquisador. Existem formas específicas de análise de dados, os quais se ajustam aos diversos tipos de pesquisa e de material colhido.

O Referencial Teórico retratou a importância de um controle interno eficiente, para que os ativos da empresa estejam resguardados, assim, verificou-se o nível do controle da empresa através de questionário aplicado. Realizou-se também procedimentos de auditoria, tais como, Circularização, Testes de Transações e Saldos, Provisão para Devedores Duvidosos, Exame das Notas Emitidas e Política de Cobrança. Então, possibilitando a apresentação de sugestões e recomendações de melhoria.

### **3.4 Variáveis do estudo**

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi necessário um estudo amplo e aprofundado sobre Auditoria e Controle Interno, ambos relacionados principalmente a área de Contas a Receber.

Auditoria é uma especialização contábil que visa testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial exercido com o objetivo de expressar um parecer sobre determinado dado (ATTIE, 2011).

Entende-se por controles internos todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que possibilitem prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro da empresa e que produzam impactos em seu patrimônio (FRANCO E MARRA, 2001).

A conta Clientes aparece nas empresas para registrar as contas a receber de seus fregueses, provenientes de vendas a prazo. Esta conta tem ainda outros títulos, em outros planos de contas, como Duplicatas a Receber, Contas a Receber, Contas Correntes, Obrigações a Receber, Prestamistas, Letras a Receber, etc. (SÁ, 2002).

## **4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

No presente capítulo serão abordados o Histórico da Empresa, o Funcionamento de Contas a Receber, a Avaliação dos Controles Internos, os Procedimentos de Auditoria e as Sugestões e Recomendações.

### **4.1 Histórico da empresa**

A Empresa A teve suas atividades iniciadas na década de 90 pelos sócios A e B, atuando no setor de transporte rodoviário. O nome foi escolhido em virtude da fusão dos nomes dos sócios. Porém, no princípio a empresa tinha pouca movimentação e não tinha frota própria.

Com o passar do tempo as empresas que necessitam de serviços de transporte e logística, começaram a buscar empresas que prestam esse serviço, em vez de adquirir frota própria. Em meados de 2000, o sócio B decide sair da sociedade e abrir outra empresa de transportes.

Em 2006, o sócio C, firma uma sociedade com o sócio A. Então a Empresa A passou a ter também uma pequena frota própria. A partir daí a empresa começou a ganhar espaço no mercado.

A Cliente 1, importante cooperativa na cidade e no estado, contratava serviços de uma transportadora de Cruz Alta. A partir dessa nova fase da Empresa A, essa cooperativa começou a deixar seus gastos com fretes em sua cidade, repassando os trabalhos para a empresa estudada. Então a Empresa A teve grande expansão.

Em 2010, Cristiano Krug e sua esposa adquiriram a parte do sócio Jair, transformando em uma empresa familiar. Hoje a empresa conta com 3 filiais e 1 ponto de apoio. A frota é composta por 9 caminhões e o número de colaboradores chega a 20 pessoas.

#### 4.2 Funcionamento contas a receber

O funcionamento do setor de contas a receber da Empresa A está especificado através de um fluxograma, na figura abaixo:

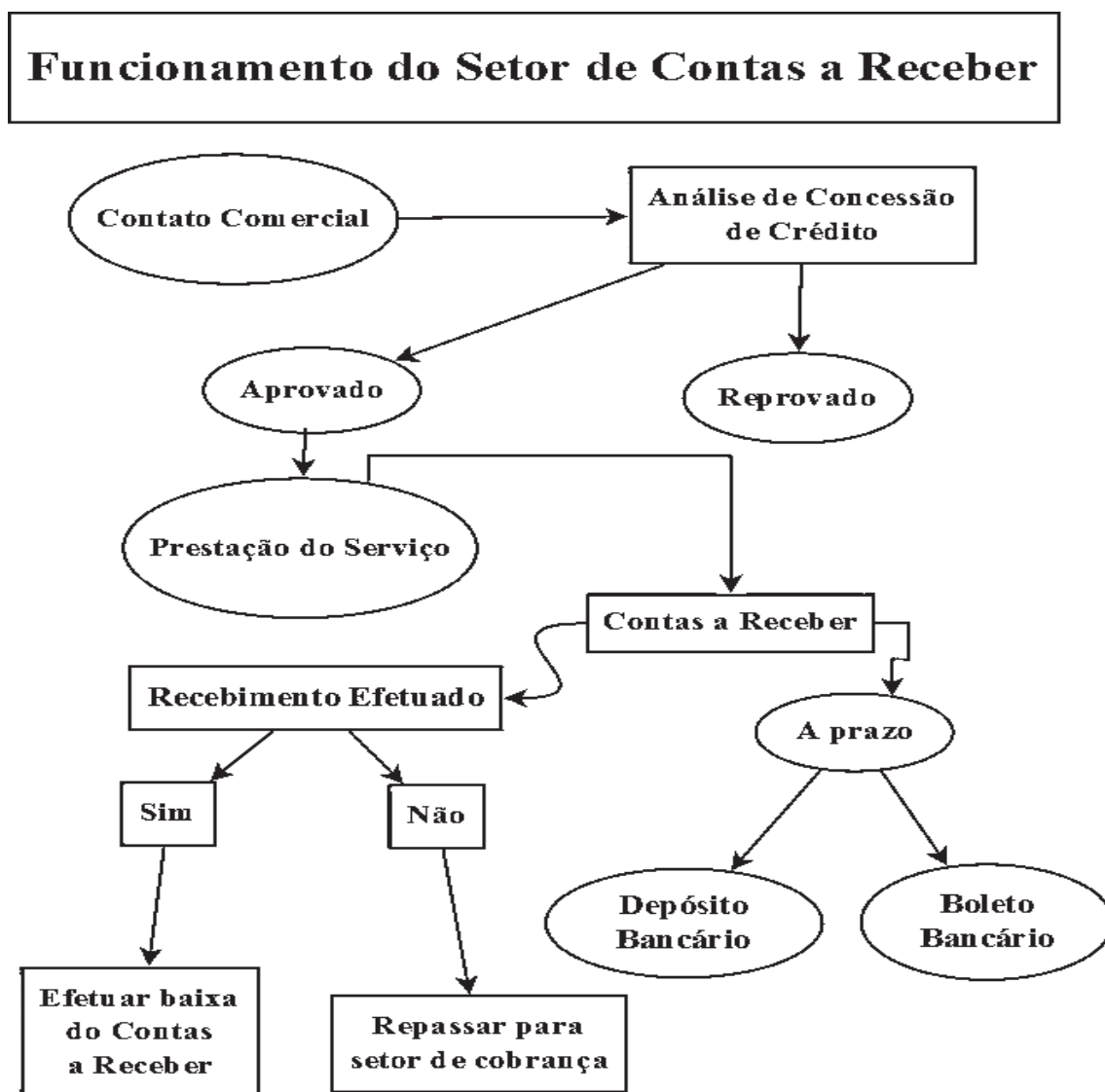


Figura 1: Fluxograma Funcionamento do Setor de Contas a Receber

Fonte: Autor da pesquisa.

O processo de contas a receber da empresa em estudo, conforme demonstrado na Figura 1, é o seguinte:

- O cliente entra em contato com a prestadora de serviços de transportes, solicitando cotação para afretamento de adubo ou grãos, de um determinado local para outro.

- Caso as partes se entendam nos valores, o cliente é analisado pelo setor de cobrança, através de consulta em site de cadastro de proteção ao crédito e também de referências comerciais.

- Aprovando o cadastro do cliente, a Empresa A realiza o(s) frete(s), prestando o serviço e garantindo que a carga chegue ao destino no mesmo estado em que foi coletada.

- A partir da emissão do Conhecimento de Transporte (documento fiscal emitido através de uma nota fiscal, que registra o transporte de determinada mercadoria) a empresa já registra o direito de receber de seu cliente o valor combinado no frete. Ou seja, o registro das contas a receber é efetuado logo na emissão do documento fiscal que acompanha o transporte.

- A empresa trabalha apenas com prestação de serviços a prazo, pois dificilmente receberia um frete à vista, já que é demanda dos clientes ter um prazo para pagamento, até confirmar que a carga foi entregue da forma correta.

- Os recebimentos são efetuados na maioria das vezes por depósito bancário, tendo por opção também o boleto bancário, conforme o combinado com o cliente.

- Após conferir e confirmar que o valor foi recebido em conta corrente da empresa, dá-se baixa no registro de contas a receber.

- Caso o recebimento não tenha acontecido, é feita uma nova tentativa de receber do cliente, se persistir com a inadimplência é feita cobrança judicial.

Esse setor de fundamental importância para a organização é composto por duas pessoas. Ambas cuidam da parte de faturamento, porém apenas uma delas faz a baixa das contas a receber e também a parte de cobrança quando o cliente não liquida um título.

A empresa não conta com uma política de cobrança predefinida, então, são feitas algumas tentativas de recebimento de forma extrajudicial e se necessário de forma judicial. A empresa também não conta com inscrição do cliente no cadastro de órgão de proteção ao crédito quando inadimplente.

Portanto, o funcionamento das contas a receber da Empresa A tem um diferencial se comparado com outros tipos de empresas, os serviços prestados são recebidos a prazo, e não à vista e a prazo como nos demais tipos de empresas.

### **4.3 Avaliação dos controles internos**

Para um melhor entendimento deste estudo, foi aplicado um questionário na empresa, localizado no Apêndice A, cujo objetivo se resume em verificar a eficiência do controle interno utilizado pela mesma.

Em relação aos controles existentes nas contas a receber, constatou-se que a empresa esboça alguns controles, porém deixa a desejar em alguns aspectos.

Por se tratar de empresa familiar, torna-se inviável contratar vários funcionários, um para cada função. Então as pessoas do setor de contas a receber, além dessa função, operam as contas a pagar e os fundos de caixa, entre outras demandas que venham a ocorrer. Constata-se que não há segregação de funções.

As baixas nas contas a receber são informadas manualmente ao sistema, podendo assim, por esquecimento do pessoal, uma conta recebida não ser lançada, ficando em aberto no relatório de contas a receber. A conciliação diária dos fundos de caixa resolveria esse problema, pois tudo que entra na conta corrente deve estar lançado no sistema gerencial.

O setor administrativo da empresa não realiza diariamente a conciliação dos saldos de caixa e não tem uma tempestividade definida para tal. Ficando seu controle interno fragilizado, pois com esse controle saberia com antecedência futuras faltas ou sobras de caixa, tomando decisões que beneficiariam a empresa.

Outro fator que enfraquece o controle interno da organização é o acesso de qualquer pessoa ao setor de contas a receber, em virtude do mesmo estar posicionado no mesmo local da recepção da empresa e das contas a pagar. Porém, o acesso ao sistema informatizado, é limitado conforme a função de cada funcionário, assim só os responsáveis pelo setor tem acesso.

No caso de inadimplemento, após esgotadas as tentativas de cobrança internamente, as mesmas são repassadas para cobrança judicial, no entanto, não é solicitado protocolo ou recibo de entrega ao portador da cobrança, para ter garantia e controle sobre tal duplicata.



A empresa não envia demonstrativos para os clientes, relacionando o saldo que tem a receber dos mesmos, e também não pede confirmação direta de saldos. Por se tratar de uma empresa pequena e com poucos clientes, esse fator não chega a enfraquecer o sistema de controles internos. Enviando os demonstrativos e confirmações, o controle ficaria fortalecido, pois o cliente estaria sempre a par do quanto deve a empresa.

Mais um motivo que desfavorece o controle interno é a não utilização de documentos autorizando descontos para clientes, ou seja, o funcionário pode conceder um desconto indevido, e talvez a empresa não vá perceber. Na operação da empresa, em épocas de grande movimento, os valores de fretes podem variar várias vezes ao dia, o que pode levar um funcionário a dar um desconto indevido, e explicar que o frete baixou naquele momento do dia.

Através dos dados analisados acima, pode-se perceber que a empresa tem alguns pontos frágeis em seu controle interno, e neste trabalho serão recomendadas soluções para tais falhas.

#### **4.4 Procedimentos de auditoria**

Neste tópico serão realizados alguns procedimentos de auditoria, a fim de identificar e sanar possíveis falhas no controle interno de contas a receber da empresa, os procedimentos são: Circularização, Testes de Transações e Saldos, Provisão para Devedores Duvidosos, Exame de Notas Emitidas e Política de Cobrança.

##### *4.4.1 Circularização*

Com a intenção de confirmar as contas a receber da empresa, optou-se por realizar a circularização. Neste procedimento foram enviadas cartas aos clientes, solicitando os saldos a pagar para a Empresa A em 30/09/2014.

A amostra de clientes foi com base no faturamento bruto da empresa. Os clientes que receberam a carta de circularização representam 99% do faturamento da Empresa A.

Os clientes responderam as cartas, demonstrando os seguintes saldos, conforme tabela abaixo:

**Tabela 1 – Verificação do Relatório de Contas a Receber da Empresa X Saldos Informados pelos Clientes**

<b>Cliente</b>	<b>Saldo em 30/09/2014 – Empresa A</b>	<b>Saldo em 30/09/2014 – Circularização</b>	<b>Diferença</b>
<b>Cliente 1</b>	7.576,85	7.576,85	0,00
<b>Cliente 2</b>	117.562,70	60.443,24	57.119,46
<b>Cliente 3</b>	0,00	0,00	0,00

Fonte: Levantamento de dados efetuado em novembro/2014.

Percebe-se que os saldos estão corretos na maioria dos casos, apenas um cliente apresentou saldo diferente do exposto pela empresa em estudo.

Na tentativa de descobrir o porquê da diferença, verificou-se o relatório analítico das contas a receber do cliente Cliente 2, e constatou-se que todo o saldo a receber venceria no dia 02/10/2014.

A partir disso, o procedimento é a análise dos recebimentos subsequentes. Por meio do relatório de contas recebidas, verificou-se que a empresa Cliente 2 havia quitado em 02/10/2014 a quantia indicada no saldo de contas a receber da empresa estudada em 30/09/2014.

Aconteceu que o cliente lançou os títulos a pagar após a data solicitada para análise.

Contudo, se tratando da Circularização, os saldos foram confirmados corretamente. Não há problema algum com as diferenças, pois as mesmas foram encontradas e explicadas.

#### *4.4.2 Testes de Transações e Saldos*

Um dos procedimentos a realizar em auditoria de contas a receber são os Testes de Transações e Saldos. Assim, foram verificados os saldos contábil e auxiliar da conta Clientes da empresa em estudo, conforme tabela abaixo:

## 2 – Comparação da conta Clientes: Saldo Contábil X Saldo Controle Auxiliar

Clientes	Saldo Contábil	Saldo Controle Auxiliar
30/09/2014	824.721,33	282.324,71
<b>Diferença</b>	<b>542.396,62</b>	

Fonte: Levantamento de dados efetuado em novembro/2014.

Feita esta verificação, constatou-se uma diferença relevante. O saldo contábil estaria superavaliado em R\$ 542.396,62, valor este que não é direito da empresa.

Após esta constatação, numa tentativa de identificar o erro, decide-se comparar o razão contábil mensal da conta Clientes com o relatório auxiliar do setor de contas a receber da empresa, no período de Janeiro a Setembro de 2014, conforme tabela a seguir:

**Tabela 3 – Comparativo Débito x Crédito – Razão Contábil e Razão Auxiliar**

	Clientes - Razão Contábil		Clientes – Razão Auxiliar	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
<b>Janeiro/14</b>	782.812,68	940.158,39	782.812,68	945.277,79
<b>Fevereiro/14</b>	989.137,47	934.266,89	989.137,47	934.266,89
<b>Março/14</b>	1.150.252,58	809.222,04	1.150.252,58	798.405,44
<b>Abril/14</b>	1.695.246,52	1.339.551,66	1.695.246,52	1.339.551,66
<b>Mai/14</b>	1.619.306,60	2.002.289,15	1.619.306,60	2.007.788,77
<b>Junho/14</b>	1.127.471,29	1.152.308,05	1.127.471,29	1.152.308,05
<b>Julho/14</b>	892.464,30	1.181.953,67	892.464,30	1.181.646,99
<b>Agosto/14</b>	932.582,90	798.433,67	932.582,90	798.433,67
<b>Setembro/14</b>	779.751,61	816.816,80	779.751,61	816.816,80
<b>Total</b>	9.969.025,95	<b>9.975.000,32</b>	9.969.025,95	<b>9.974.496,06</b>

Fonte: Levantamento de dados efetuado em novembro/2014.

Pode-se perceber analisando os dados da tabela, que os débitos realizados na conta Clientes estão de acordo, tanto na contabilidade quanto no setor de contas a receber da empresa.

Já os créditos apresentam uma pequena diferença, considerando todos os meses, no valor de R\$ 504,26 a mais, lançados no setor contábil, conforme tabela abaixo:

**Tabela 4 – Comparativo Créditos em Clientes – Contábil X Auxiliar**

<b>Crédito na conta Clientes</b>	<b>Contábil</b>	<b>Controle Auxiliar</b>	<b>Diferença</b>
<b>Janeiro/14</b>	940.158,39	945.277,79	-5.119,40
<b>Março/14</b>	809.222,04	798.405,44	10.816,60
<b>Maió/14</b>	2.002.289,15	2.007.788,77	-5.499,62
<b>Julho/14</b>	1.181.953,67	1.181.646,99	306,68
		<b>Diferença Total</b>	<b>504,26</b>

Fonte: Levantamento de dados efetuado em novembro/2014.

As diferenças dos meses de janeiro e maio foram de fácil verificação, pois o setor contábil não realizou a baixa de um recebimento da empresa em cada mês, exatamente nos valores das diferenças.

No mês de março encontram-se erros nos valores de baixa de recebimentos, em dois casos, conforme tabela a seguir:

**Tabela 5 – Demonstrativo Diferenças na Baixa de Recebimentos – Contábil X Auxiliar**

<b>Data Recebimento</b>	<b>Contábil</b>	<b>Controle Auxiliar</b>	<b>Diferença</b>
06/03/2014	162.520,45	162.973,38	-452,93
31/03/2014	16.700,00	5.430,47	11.269,53
		<b>Total Diferença</b>	<b>10.816,60</b>

Fonte: Levantamento de dados efetuado em novembro/2014.

Já no mês de julho, ocorreu outro tipo de erro frequente nas empresas. A baixa foi realizada em duplicidade na contabilidade, dobrando o valor do lançamento, exatamente no valor da diferença de R\$ 306,68.

Verifica-se que não existem diferenças relevantes entre os razões contábil e auxiliar da conta Clientes. Mas mesmo assim há uma diferença enorme quando se compara o saldo do Balanço Patrimonial com o relatório de contas a receber da empresa em 30/09/2014.

Então, ao contatar o pessoal do departamento contábil, informaram que esse saldo da conta Clientes, está acumulado há bastante tempo, desde que a contabilidade foi transferida de um escritório contábil para outro.

Portanto através dos Testes de Transações e Saldos, pode-se perceber que a contabilização vem sendo feita de forma correta, com pequenas diferenças que não chegam a ser relevantes, porém o saldo das contas a receber de clientes está superavaliado, deixando o Balanço

#### *4.4.3 Provisão para Devedores Duvidosos*

Quando a empresa não tem sucesso ao cobrar um cliente, registra a perda com devedores duvidosos, que é uma despesa e conseqüentemente diminui o resultado da organização.

Na empresa em estudo o lançamento dessas perdas é registrado na contabilidade quando o responsável pelo setor de contas a receber envia um relatório informando quais as notas que não serão recebidas.

Contudo, verificando os demonstrativos contábeis, pode-se perceber que a empresa não faz provisão para devedores duvidosos. A mesma informa que não vem tendo problemas para receber de seus clientes e este é o motivo para a não contabilização da provisão.

#### *4.4.4 Exame das Notas Emitidas*

O exame das notas fiscais emitidas foi realizado nesse estudo, utilizando uma pequena amostra mensal, em virtude de os lançamentos de débito e crédito estarem corretos a cada mês no razão, conforme demonstrado nos tópicos anteriores.

Porém, mesmo com os lançamentos do razão corretos, foram encontrados lançamentos incomuns e com valores altos em relação aos demais, conforme tabela abaixo:

**Tabela 6 – Exame de Lançamentos Contábeis das Notas Emitidas**

<b>Data</b>	<b>Lançamento</b>	<b>Histórico</b>	<b>Valor</b>	<b>Observação</b>
03/01/2014	223453	CT-e 24386	195,36	
09/01/2014	223792	CT-e 24704	1.221,75	
18/01/2014	224039	CT-e 24956	100,00	
24/01/2014	224361	CT-e 25286	318,00	
31/01/2014	224737	CT-e 25674	360,86	
01/02/2014	225809	CT-e 25698	146,63	
07/02/2014	226323	CT-e 26232	186,99	
15/02/2014	226763	CT-e 26698	1.739,06	
21/02/2014	227127	CT-e 27068	183,54	
28/02/2014	227458	Doc 2140	90.839,75	(1)
01/03/2014	228355	CT-e 27428	702,00	
08/03/2014	228598	CT-e 27679	795,60	
17/03/2014	229107	CT-e 28206	1.996,48	
22/03/2014	229344	CT-e 28455	1.848,08	
30/03/2014	229686	CT-e 28811	3.164,55	
02/04/2014	231162	CT-e 29022	87,84	
09/04/2014	231484	CT-e 29354	361,76	
13/04/2014	231643	CT-e 29520	1.527,50	
21/04/2014	231896	CT-e 29787	78,80	
28/04/2014	232248	CT-e 30156	1.887,05	
03/05/2014	233920	CT-e 30573	1.510,50	
08/05/2014	234157	CT-e 30817	1.598,50	
19/05/2014	234579	CT-e 31259	6,23	
25/05/2015	234793	CT-e 31475	1.533,14	
31/05/2014	235115	CT-e 31806	1.132,10	
02/06/2014	236547	CT-e 31818	406,77	
06/06/2014	236786	CT-e 32061	443,90	
16/06/2014	237098	CT-e 32376	2.163,60	
22/06/2014	237235	CT-e 32521	1.334,08	
30/06/2014	237501	Doc 6140	27.470,52	(2)
01/07/2014	239570	CT-e 32807	1.190,40	
10/07/2014	239945	CT-e 33190	75,90	
18/07/2014	240202	CT-e 33455	1.035,07	
23/07/2014	240331	CT-e 33585	1.561,95	
31/07/2014	240429	CT-e 33689	299,65	
02/08/2014	241311	CT-e 33717	1.145,70	
08/08/2014	241542	CT-e 33951	1.754,10	
15/08/2014	241718	CT-e 34129	797,50	
22/08/2014	241989	CT-e 34412	1.580,85	
31/08/2014	242200	Doc 8140	37.791,88	(3)
01/09/2014	243514	CT-e 34640	1.075,20	
12/09/2014	243514	CT-e 35071	1.440,00	
19/09/2014	244189	CT-e 35342	141,15	
25/09/2014	244327	CT-e 35484	954,00	
30/09/2014	244514	Doc 9140	64.958,48	(4)

Fonte: Levantamento de dados efetuado em novembro/2014.

Os lançamentos incomuns são aqueles que na tabela, tem uma numeração de observação, e serão explicados a seguir:

- (1) Lançamento efetuado no último dia de fevereiro, com valor relativamente alto se comparado aos demais e também chama atenção o seu histórico diferente, com numeração 2140, diferente da sequência correta.
- (2) Lançamento efetuado no último dia de junho, com valor alto se comparado aos demais e também chama atenção o seu histórico diferente, com numeração 6140, diferente da sequência correta.
- (3) Lançamento efetuado no último dia de agosto, com valor alto e numeração 8140, diferente da sequência correta.
- (4) Lançamento efetuado no último dia de setembro, com valor relativamente alto, histórico diferente com numeração 9140, diferente da sequência correta.

Conforme contato com o Departamento Contábil, verificou-se que os quatro lançamentos incomuns tem a mesma essência, ou seja, referem-se ao lançamento de várias receitas, de datas e clientes diferentes, agrupados no mesmo lançamento.

Ainda disponibilizou planilha auxiliar de controle desses lançamentos, que se sucedem quando a empresa tem receitas provindas de subcontratação de seus caminhões, ou seja, o documento fiscal que origina a receita não é emitido pela própria Empresa A, e sim por outra transportadora. Nesse caso, o sistema contábil não importa os lançamentos, por isso o pessoal do Departamento Contábil faz um lançamento unificado.

Através desta planilha auxiliar pode-se constatar outro equívoco, pois algumas receitas de julho estão lançadas em agosto e receitas de agosto lançadas em setembro, ferindo assim o Princípio da Competência, que determina que devem ser incluídas as receitas e as despesas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimentos ou pagamentos, de acordo com a Resolução nº 750/93 do CFC.

Com a análise dos dados acima, pode-se chegar à conclusão que a contabilidade da empresa tem alguns pontos a melhorar no sentido de lançamento das Receitas em contrapartida a Clientes.

#### *4.4.5 Política de Cobrança*

Ao definir uma política de cobrança a empresa padronizaria os procedimentos em caso de inadimplência dos clientes.

A Empresa A não trabalha com uma política de cobrança definida. Como informou a empresa, não ocorrem casos de inadimplência há um bom tempo, talvez por isso ainda não se preocupem em estabelecer esta política.

No caso de inadimplemento, o procedimento adotado pela empresa analisada é o seguinte: tentativa de recebimento amigável, diretamente com o cliente. Caso não receba mesmo assim, a empresa repassa para cobrança jurídica. Observou-se que a empresa não realiza inscrição do cliente no cadastro de proteção ao crédito.

Portanto, sem esta a política a empresa enfraquece seu controle interno, e pode deixar de receber seus direitos com clientes, simplesmente por não ter procedimentos adequados.

#### **4.5 Sugestões e recomendações**

Diante da avaliação dos controles internos e dos procedimentos de auditoria realizados, percebe-se que a empresa em estudo tem um controle razoavelmente bom, porém, são necessárias algumas melhorias para que as informações sejam ainda mais confiáveis.

A empresa pode segregar, ao máximo que conseguir, as funções da área administrativa, que é a mais deficitária em termos de número de pessoal, por contar apenas com os integrantes da família. Como o volume de recebimentos é grande, deve ter um funcionário fora do setor de contas a receber, para fazer uma conferência diária das baixas efetuadas pelo setor.

As baixas dos recebimentos que são registradas manualmente devem ser automatizadas, tendo em vista que a empresa conta com um sistema informatizado de gestão, assim, diminuiria o risco de esquecimento desses lançamentos. O setor contábil também poderia automatizar isso, pois como visto anteriormente, houve esquecimentos que ocasionaram diferenças nos saldos do razão.



Recomenda-se que um funcionário da parte administrativa concilie os lançamentos com os fundos de caixa diariamente, tornando assim, mais fácil a visualização dos fluxos de caixa da empresa e melhorando as tomadas de decisões.

Sugere-se que o setor de contas a receber adote o hábito de encaminhar, mensalmente, um relatório das dívidas de cada cliente para com a empresa, reforçando assim o controle interno da organização, e garantindo que o cliente esteja a par dos saldos devedores.

O pessoal da gerência deve criar um documento de autorização de descontos, ou seja, um desconto comercial ou abatimento só pode ser concedido ao cliente mediante autorização assinada e carimbada pela gerência da empresa. Também se recomenda que a gerência examine, por amostras, os conhecimentos de frete emitidos, semanalmente, para ver se não ocorreram descontos indevidos nas tarifas de fretes.

Quanto ao saldo da conta Clientes no Balanço Patrimonial, sugere-se que o setor contábil investigue minuciosamente a diferença existente e proceda com os ajustes necessários, uma vez que o valor encontra-se superavaliado. Esse fato faz com que os gestores não possam se aproveitar da contabilidade para tomadas de decisão, pois esta não demonstra a realidade da empresa.

Os lançamentos contábeis na conta Clientes estão corretos quase que em sua totalidade, basta atentar-se para o fato de esquecimentos de baixas de clientes, duplicidade em baixas e erros nos valores das baixas. Porém os erros encontrados não foram relevantes no total da análise.

Recomenda-se também que as receitas sejam reconhecidas através de um documento fiscal, um a um, sem que haja a unificação em um único lançamento com vários clientes, como ocorre hoje na empresa. São lançamentos incomuns que chamaram a atenção da auditoria e devem ser contabilizados da forma correta, obedecendo ao Princípio da Competência, pois há receitas de meses anteriores lançadas apenas no mês seguinte, o que é falho.

Outro fator relevante que deve ser implantado na empresa é uma Política de Cobrança. Mesmo que a empresa não tenha problemas com inadimplência, deve-se impor essa política com normas e procedimentos que auxiliem a proteger a empresa, no caso de haver inadimplemento.

Portanto, ao conhecer o controle interno de contas a receber e aplicar os devidos testes de auditoria pode-se chegar às sugestões e recomendações acima. Percebe-se que a

recomendação mais relevante e complexa é a de ajustar o saldo da conta Clientes à realidade da empresa, tendo em vista que está superavaliada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o apresentado neste trabalho, as empresas precisam de controles internos eficientes para garantir que seus ativos fiquem protegidos e salvaguardados, possibilitando informações confiáveis e ainda a continuidade da mesma. Por outro lado, um controle interno fraco, pode acabar em erros e irregularidades, que possam vir a prejudicar o patrimônio, impactando no resultado econômico-financeiro da entidade.

O interesse desse trabalho foi o setor de contas a receber, pois a conta Clientes é de grande relevância, representando 38% do Ativo da Empresa A, conseqüentemente o mau controle desta área pode gerar sérias conseqüências para a continuidade da empresa.

Para a realização do estudo de caso, foram utilizados métodos de pesquisa descritiva e aplicada, caracterizada como qualitativa, e ateve-se à utilização de documentos da empresa, assim como aplicação de questionário e realização de testes de auditoria.

Por meio dos métodos adotados foi possível encontrar algumas falhas no controle interno da empresa em questão, o que leva a auditoria a apresentar sugestões e recomendações para que tais falhas sejam corrigidas e não se repitam.

Referente às falhas encontradas, a mais relevante e que merece maior atenção da empresa é a do saldo da conta Clientes no Balanço Patrimonial, pois está superavaliada e assim distorce as demonstrações contábeis da companhia.

Outra falha relevante é o lançamento de receitas de datas e clientes diferentes em um lançamento unificado, ferindo o Princípio da Competência. Além de não lançar as receitas por documentos fiscais, porém a empresa mantém um controle auxiliar para justificar tais lançamentos.

Na maioria das empresas a tendência, ou ao menos o objetivo, é a construção de riquezas através da atividade da organização. Porém para que isso ocorra, é necessário utilizar-se de excelentes sistemas de controles internos, pois estes garantem segurança e fidelidade das informações e identificam erros e fraudes que possam ocorrer.

Conclui-se, a partir do estudo de caso realizado, que a empresa apesar de possuir um sistema de controle interno razoavelmente adequado às suas necessidades, não consegue evitar eventuais falhas, e deve aderir a algumas melhorias para gerar informações contábeis e financeiras de qualidade necessárias para tomadas de decisão de seus gestores, assim como, possam refletir a realidade econômico-financeira da mesma.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria : um curso moderno e completo**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ALVARENGA, Antonio Carlos. NOVAES, Antonio Galvão N. **Logística aplicada: suprimento e distribuição física**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

ATHAR, Raimundo Aben. **Introdução à Contabilidade**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1986.

\_\_\_\_\_. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: planejamento, organização e logística empresarial**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

\_\_\_\_\_. **Logística Empresarial: Transportes, Administração de materiais e Distribuição física**. São Paulo: Atlas, 1993.

CAIXETA-FILHO, José Vicente, et al. **Gestão logística do transporte de cargas**. São Paulo: Atlas, 2010.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

DIEHL, Astor Antônio. TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisas em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FRANCO, Hilário. MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 7 ed. São Paulo: Sebo Linha Paulista, 2004.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Empresarial**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NEVES, Silvério das. VICECONTI, Paulo Eduardo. **Contabilidade Básica**. 12 ed. São Paulo: Ática, 2004.

OLIVEIRA, Raquel Valente de. **A lei de Sarbanes-Oxley como nova motivação para mapeamento de processos nas organizações**. 2006. Disponível em:

[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006\\_TR450313\\_8769.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR450313_8769.pdf) Acesso em: 16/05/2014.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade Básica : uma introdução à prática contábil**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Auditoria de Demonstrações Contábeis: Normas e Procedimentos**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RIBEIRO, Osni Moura. RIBEIRO, Juliana Moura. **Auditoria Fácil**. São Paulo: Saraiva, 2012.

RODRIGUES, Paulo Roberto Ambrosio. **Introdução aos sistemas de transportes no Brasil e à logística internacional**. 4ª edição rev. e ampl. 2007. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=AGNY9y9ZE6YC&oi=fnd&pg=PA5&dq=transporte+rodoviario+de+cargas&ots=ltbuwnd8BV&sig=U3RttUn3UpOgmXLtF3JNPsLOucY#v=onepage&q&f=false> Acesso em 3/5/14.

SÁ, Antônio Lopes de. **Corrupção, Fraude e Contabilidade**. Curitiba: Juruá Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. **Teoria da Contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, Cleônimo dos. **Auditoria Contábil: Aspectos Teóricos e Práticos**. São Paulo: Atlas, 2012.

SCHROEDER, Élcio Mário. CASTRO, José Carlos de. **Transporte Rodoviário de Carga: Situação Atual e Perspectivas**. Disponível em: <http://files.sindicamceara.webnode.com.br/200000088-663916732c/carga.pdf> Acesso em: 3/5/2014.

VALENTE, Amir Mattar... [et al] **Gerenciamento de transportes e frotas**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A – Questionário de Avaliação dos Controles Internos de Contas a Receber****1) O setor de cobrança está organizado no sentido de efetuar a gestão das contas a receber e possui sistemas adequados de registros e controles?**

Sim, o setor de cobrança é organizado a fim de efetuar a gestão das contas a receber e possui sistema informatizado para registrar e controlar as mesmas. A gestão é feita através de relatórios informatizados, que expõe os valores de fretes disponíveis para cobrança que ainda não foram faturados, ou seja, cargas devidamente entregues no destino. Também demonstra valores de fretes que ainda não estão disponíveis para cobrança, mas são direito da empresa, ou seja, cargas em viagem ou à espera de comprovante de entrega, e também os valores de fretes a receber em geral.

**2) São mantidos no setor registros individuais das contas a receber, indicando número dos títulos, valores, vencimentos e saldos?**

Sim, são mantidos registros individuais bem detalhados.

**3) São efetuados no setor análises e resumos mensais adequados das contas a receber, indicando:****a) composição dos saldos por títulos em aberto?**

Sim.

**b) nº dos títulos, valores e vencimentos?**

Sim.

**c) faixas de vencimentos (vencidos e a vencer)?**

Sim.

**d) portadores dos títulos?**

Não.

**4) As análises e resumos são examinados por funcionário responsável, tomando-se as providências necessárias à cobrança dos títulos vencidos?**

Sim, são examinados por uma pessoa do setor de contas a receber, e em caso de não recebimento o funcionário verifica o porquê do não pagamento por parte do cliente, e regulariza a situação com o mesmo, porém não existe uma política de cobrança, caso o cliente não consiga pagar, é aberto processo judicial.



- 5) Estas análises e resumos são conciliados mensalmente com a posição da contabilidade por funcionário não responsável pela cobrança ou pelos fundos de caixa, sendo investigadas e corrigidas eventuais diferenças encontradas, de forma evidenciada (indicar por quem e data da última conciliação) ?**

As análises são conciliadas com os fundos de caixa, porém sem uma tempestividade definida, por funcionário da empresa, e conciliadas com a posição da contabilidade apenas pelo escritório contábil que faz a escrituração. A data da última conciliação dos fundos de caixa é de 31/08/2014.

- 6) Os títulos e registros são mantidos no setor por pessoal alheio ao faturamento e movimento de fundos?**

Por se tratar de uma empresa de pequeno porte, o setor de contas a pagar e a receber é composto pelos mesmos funcionários, e o movimento de fundos é realizado pelo setor, para posterior conferência e controle da gerência.

- a) Em local adequado, inacessível aos não responsáveis e seguro contra fogo, perdas extravios, etc. ?**

Os não responsáveis não devem ter acesso, porém talvez o consigam, pois o setor de contas a receber é no mesmo local da recepção da empresa. O sistema informatizado da empresa, que é base do controle das contas a receber, segrega funções aos funcionários, portanto só os responsáveis pelas contas a receber terão acesso a essa função do sistema. A empresa não possui um seguro específico para títulos e registros.

- b) Inspeccionados fisicamente e de forma evidenciada, por pessoal alheio à cobrança sendo investigadas eventuais faltas?**

Não.

- 7) Os títulos entregues para cobrança são:**

- a) Devidamente relacionados e carregados aos cobradores mediante protocolo ou recibo?**

Não, quando enviado para cobrança não é feito protocolo de entrega ao cobrador.

- b) Inspeccionados fisicamente junto aos portadores por pessoal alheio à cobrança?**

Não.

- c) remetidos por carta registrada, com declaração de conteúdo e aviso de recepção pelo destinatário, quando for o caso ?**

Não.

**8) Os procuradores com poderes para assinatura e endossos das duplicatas são funcionários graduados?**

Sim, são graduados, porém não na área administrativa.

**9) São enviados aos clientes, periodicamente, extratos de suas contas?**

Não, geralmente é enviada documentação quando algum título não é pago.

**10) São solicitadas confirmações periódicas diretas de saldos por funcionário não responsável pela cobrança ou pelos fundos de caixa, quanto a:**

**a) contas a receber de clientes ?**

Não

**b) títulos em cobrança de terceiros, descontados, caucionados, etc.?**

Não

**11) Alguém independente dos setores de vendas, cobrança ou crédito investiga os limites de crédito cedido aos clientes?**

Sim. A gerência e os próprios sócios da empresa não abrem muito crédito para clientes novos e/ou julgados duvidosos.

**12) As contas consideradas incobráveis são :**

**a) Baixadas somente com autorização de pessoal responsável?**

Baixadas com autorização da gerência administrativa da empresa.

**13) Os créditos concedidos aos clientes por devoluções, abatimentos, descontos, etc. são aprovados por funcionário responsável, alheio aos setores envolvidos com a venda?**

Não, não existe nenhum documento autorizando o abatimento ou desconto.